



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 1576/2026

Concorrência nº 05/2026

Objeto: Trata-se de Parecer Jurídico para análise da legalidade da minuta da concorrência nº 05/2026 para fins de contratação de empresa especializada para execução da Reforma da Escola Machado de Assis, localizada na Zona Urbana Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, conforme condições, especificações técnicas, projetos, planilhas, memorial descritivo e demais documentos integrantes do processo, visando à execução do objeto vinculado ao Termo de Convênio nº 213/2026/PGE-SEDUC, firmado entre Governo do Estado de Rondônia e o Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO.

PARECER

1. Relatório:

O processo em epígrafe foi instaurado no dia 26 de maio de 2026, objetivando a contratação do objeto acima descrito, cujo valor é de **R\$ 1.557.421,80 (um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte e um reais e oitenta centavos)**.

Nota-se que a minuta do edital de id nº 281525, fundamenta o certame com base na Lei nº 14.133/21, de forma subsidiária a Instrução Normativa Seges/ME nº 73/2022.

O processo foi instruído com os seguintes documentos:

- a) Of. 107 Solicitação De Liberação De Recurso (id nº 278166);
- b) Plano de Trabalho (id nº 278167);
- c) Projeto Básico (id nº 278170);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- d) Declaração De Contra Partida (id nº 278174);
- e) Consulta Regularidade (id nº 278177 e 278179);
- f) Nota Técnica (id nº 278181);
- g) Memorial Descritivo (id nº 278186);
- h) 11- Relatorio_Pressoes_Af_V0 (id nº 278188);
- i) Memória De Cálculo (id nº 278189);
- j) Orçamento Com BDI (id nº 278191);
- k) Composição De Custo (id nº 278192);
- l) Cronograma (id nº 278195);
- m) Curva Abc (id nº 278204);
- n) Orçamento Em Grupo (id nº 278205);
- o) Projeto Arquitetônico (id nº 278213);
- p) Parecer Técnico (id nº 278216);
- q) Despacho Técnico (id nº 278218);
- r) Parecer Jurídico (id nº 278219);
- s) Nota De Empenho (id nº 278220);
- t) Termo De Convênio (id nº 278221);
- u) Ordem Bancaria (id nº 278222);
- v) Comprovante De Deposito De Contra Partida (id nº 278223);





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- w) Portaria De Fiscalização (id nº 278224);
- x) Documento De Formalização De Demanda - DFD (id nº 278346);
- y) Estudo Técnico Preliminar – ETP da Engenharia (id nº 278347);
- z) Termo de Referência (id nº 279932);
- aa) Solicitação De Despesa 1193/2026 (id nº 279984);
- bb) Solicitação De Despesa 1194/2026 (id nº 279986);
- cc) Minuta Edital Concorrência 05/2026 (id nº 281525);
- dd) Minuta Contratual Anexo V (id nº 281557);
- ee) Despacho nº 212/2026 técnico do Agente de Contratação/Pregoeiro (id nº 281568).

2. Pressuposto Jurídico:

O presente parecer jurídico tem a finalidade de assessoramento no controle prévio de legalidade, conforme previsto no art. 53, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, não tendo determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento das recomendações feitas por essa Procuradoria.

Destacar-se que um dos pressupostos para a realização de uma licitação, é o pressuposto jurídico, que implica na necessidade de licitar, que deve ser realizada com o objetivo de atender ao interesse público. A licitação não pode ser vista como um fim em si mesma, mas como um instrumento necessário para garantir o cumprimento das demandas públicas.

No caso em questão, a contratação é essencial para **atender ao interesse público**, notadamente quanto à necessidade de modernização da infraestrutura recreativa e ao fortalecimento da



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

identidade cultural da região.

Importante ressaltar que, em sua análise, a Procuradoria não realiza exame de mérito sobre os argumentos apresentados na justificativa do certame, a não ser que essas justificativas sejam evidentemente incompatíveis com a modalidade de contratação escolhida ou com o objeto licitado. Neste caso, não há elementos que indiquem incompatibilidade entre a escolha da modalidade de concorrência e os objetivos do processo.

No que tange às peças técnicas do processo, destacar-se que a elaboração do ETP, bem como demais peças técnicas inerentes à contratação, a exemplo o TR, que especifica a modalidade de licitação, o tipo de licitação e os prazos previstos para o certame, estão em conformidade com a legislação, senão vejamos.

Nota-se que no processo prevê a escolha pela modalidade concorrência, na forma eletrônica estando em conformidade com a legislação vigente, sendo está a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, prevista no inciso XXXVIII, do art. 6º da Lei nº 14.133/21, com prazo de intervalo mínimo de 10 (dez) dias, senão vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Assim, como a modalidade escolhida foi a da concorrência, conforme o previsto no inciso XXXVIII do art. 6º da Lei nº 14.133/21, cujo critério de julgamento será o de menor preço global, conforme o disposto no art. 55, II, "a", da referida Lei, com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis para abertura das propostas, sendo essa adequada e em conformidade com a legislação.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Com base no Decreto Nº 1449/2022, Lei nº 14.133/2021, a IN SEGES Nº 58/2022 e a IN SEGES/ME Nº 81/2022, a Administração Pública deverá apresentar na fase de planejamento as peças técnicas inerentes a contratação, quais sejam: **DFD; ETP; MAPA/MATRIZ DE RISCO; TR.**

Ao analisar o DFD de id nº 278346, percebe-se que foram previstas as disposições do art. 2º, inciso IV do Decreto nº 1.449/2022, especialmente a área requisitante evidência com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação e detalha a necessidade de contratação.

Ao analisar o ETP de id nº 278347, percebe-se que foram previstas as disposições do art. 14º, §1º do Decreto nº 1.449/2022 e art. 18, inciso I, e §1º da Lei nº 14.133/2021 e do art. 9º, da IN SEGES nº 58/ 2022. Importante destacar que se caso não houver as disposições previstas nesses artigos, deverá ser devidamente justificada, conforme previsto no art. 9º, da IN SEGES nº 58/ 2022.

Ao analisar o TR de id nº 279932, percebe-se que foram previstas as disposições do art. 20, e seus incisos do Decreto nº 1.449/2022 e art. 40, §1º da Lei nº 14.133/2021 prevê as disposições necessárias no TR em caso de contratação que visa a aquisição de bens.

Em relação a minuta do contrato de id nº 281485, verifica-se que esse respeita os parâmetros legais, assim não há óbice para a utilização da mesma no presente certame.

No presente caso, em atenção ao art. 6º, XXIII, "j", c/c art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021, consta no TR de id nº 272637, acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

A respeito da publicação do edital o art. 54, caput e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133/2021, prevê que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, bem como em jornal de grande circulação.

Assim, na presente contratação deve ser observado o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço, conforme previsto no art. 55, II, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, conforme o art. 54, §3º da Lei nº 14.133/2021 prevê que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no PNCP dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.

3. Conclusão

Dessa forma, após análise do processo, conclui-se que o processo administrativo e a minuta do edital encontram-se em conformidade com a legislação vigente, **não há óbice para a continuidade do processo licitatório na modalidade de concorrência eletrônica, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.**

Recomenda-se que o edital seja publicado no PNCP, mural, portal transparência do Município, jornal de grande circulação, e/ou Diário Oficial do Estado, e/ou Diário Oficial da União, conforme a Lei nº 14.133/2021.

É o parecer.

Nova Brasilândia D' Oeste, 12 de junho de 2026.

Lorena Jhulian Cassiano de Oliveira
Sub Procuradora do Município
Portaria nº 12/GP/2025
OAB/RO 11.444

